

A comunidade imaginada pelo Barão

MAURÍCIO GURJÃO BEZERRA HELENO

Resenha: SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira, é considerado incansável defensor do interesse nacional, figura acima de conflitos políticos e consolidador pacífico da fronteira amazônica brasileira. Ele teria como um de seus legados a consolidação de um corpo diplomático estritamente profissional, imune ao ambiente externo, e a construção da imagem de um Brasil respeitador do direito internacional e promotor da paz.

Esses argumentos, se considerados sem reflexão, tornam-se aceitos, de tão repetidos. Trata-se, porém, de elemento fundamental da mitologia nacional brasileira, a qual, como toda nação, carece de elementos simbólicos que a legitimem perante seus nacionais e o resto do mundo (DOMINGOS; MARTINS, 2006). Em razão disso, a vida do Barão e a imagem que se criou dele representam objeto de estudo privilegiado para a compreensão das formas como o Brasil buscou se inserir no sistema internacional e legitimar sua política externa.

A obra de Luís Claudio Villafañe G. Santos (2018) apresenta grandes méritos e novas perspectivas de análise, em relação a obras anteriores de sua autoria, como *O dia em que adiaram o Carnaval*

MAURÍCIO GURJÃO BEZERRA HELENO

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e diplomata brasileiro. Este texto foi escrito a título pessoal e não reflete necessariamente posições oficiais do Ministério das Relações Exteriores. E-mail: mauriciogurjao@gmail.com.

(SANTOS, 2010)¹ e *O evangelho do Barão* (SANTOS, 2012).² Não pretendo comparar as três obras, mas vê-las em perspectiva de continuidade. Embora tenham objetivos diferentes, é possível verificar que elas se complementam. Enquanto a primeira oferece uma moldura teórica para entender conceitos como nação, nacionalismo e a evolução da noção de identidade nacional brasileira, a segunda enfatiza o papel da política externa do Barão para a consolidação do sentimento nacional brasileiro e o legado dele para as gerações futuras. A presente obra, se analisada tendo em vista essa produção anterior, permite compreender melhor a concepção de nação brasileira do Barão, seus efeitos sobre o país e seus limites teóricos e políticos.

Villafañe, diplomata de carreira, desconstrói a imagem do Itamaraty como órgão isolado das disputas políticas internas e trata com afincamento como a visão de mundo monarquista e aristocrática do Barão moldou sua forma de fazer política externa e como esta buscou desenvolver o país e inseri-lo no concerto internacional.

O livro divide-se em três partes. Na primeira delas, o autor apresenta o início da trajetória profissional de Juca Paranhos: aluno de direito, jornalista e deputado-geral pela província do Mato Grosso. Juca também acompanhou o pai, o Visconde do Rio Branco, um dos próceres do Império, em missões diplomáticas no exterior.

A segunda parte do livro inicia-se com sua transferência para o cargo de cônsul-geral em Liverpool em 1876. A posição garantia-lhe conforto financeiro, porém pouca relevância diplomática (SANTOS, 2018).

O período de Paranhos na Europa contribuiu para consolidar nele uma visão de mundo conservadora, segundo a qual o modelo de civilização aristocrática e vitoriana representava o modelo a ser seguido. Trata-se de um projeto nacional que seria almejado por Paranhos até o fim de sua vida.

1 Villafañe apresenta as bases teóricas do conceito de nação para analisar a formação nacional brasileira. Uma das teses centrais do autor consiste em argumentar que o Barão e sua política externa representam pilares da constituição da nacionalidade brasileira, na medida em que preencheram o vácuo de legitimidade surgido com o fim da Monarquia.

2 Villafañe aborda a diplomacia do Barão para demonstrar as mútuas relações entre política externa e política doméstica, enfatizando como aquela foi responsável por mobilizar sentimentos nacionais capazes de formar laços de união entre os brasileiros no início da Primeira República. O livro analisa, também, o legado do Barão, baseado em uma ideia de Brasil pacífico, ordeiro e progressivamente civilizado.

Rio Branco manteve-se fiel monarquista e estabeleceu contato frequente com D. Pedro II, expressando, em suas cartas, críticas ao federalismo e o republicanismo, fontes de desordem e responsáveis pela fragmentação territorial nas colônias hispânicas (SANTOS, 2018), ao passo que defendia maior ação governamental em áreas como construção de malha ferroviária, imigração e instrução pública.

Outro ponto revelador da visão de mundo de Paranhos, que recebeu o título de Barão 6 dias após a promulgação da Lei Áurea, consistia na sua posição em relação ao Abolicionismo. Ao contrário de intelectuais da mesma geração, como Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, Paranhos não aderiu ao movimento; segundo ele, a Lei do Ventre Livre, de 1871, era mais sábia que a de 1888. A fim de não provocar riscos à ordem social, seria mais válido que a escravidão acabasse com o passar do tempo, como efeito da lei de 1871.

Com o fim da monarquia, a arquitetura política baseada na hegemonia de grandes proprietários, cujos consensos se obtinham em instâncias restritas, como o Conselho de Estado e o Parlamento, teve que adaptar-se à entrada de novas elites políticas e econômicas. No lugar da falsa impressão de suprapartidarismo que havia naquelas instituições, o equilíbrio de forças tornou-se mais complexo, inclusive em matéria de política externa.

Na transição da segunda para a terceira parte do livro, o autor aborda duas questões de fronteira vencidas pelo Brasil, sob a liderança do Barão: a Questão de Palmas (1895), contra a Argentina, e a do Amapá (1900), contra a França.

A vitória contra os argentinos ocorreu quando o Brasil ainda se encontrava dividido em razão da Revolução Federalista, uma das guerras civis mais sangrentas da história do país, ao passo que a vitória contra os franceses se deu contra uma das grandes potências mundiais da época. Essas duas vitórias foram as responsáveis por alçar o Barão ao status de herói, capaz de derrotar, por meio da diplomacia, importantes países do concerto das nações. Tratava-se, como enfatiza o autor, da emergência de um símbolo nacional, capaz de congregar brasileiros, independentemente de partidos políticos, classes sociais ou ideologias.

Em 1902, o Barão assume a chefia do Itamaraty, e sua primeira missão já era conhecida: a intrincada Questão do Acre. Referido

litígio pôs à prova todas as capacidades diplomáticas e políticas de Paranhos, que logrou articular apoios no Parlamento, na Imprensa e no Executivo em prol da condução das negociações, que receberam forte oposição de amplos setores.

Na terceira parte do livro, o autor destaca que a política externa se tornou ponto central do debate no início da República, ao opor a tradicional posição europeísta à americanista. Uma das características do emergente nacionalismo brasileiro era seu teor territorialista, que estabelecia a defesa das fronteiras e da integridade territorial acima de quaisquer outras considerações nacionais, como ampliação da cidadania ou redução de desigualdades. Como exemplo, Villafañe destaca nota do jornal *A notícia*, durante as tensas negociações com a Bolívia: “o amor ao território é a forma mais rudimentar do patriotismo” (SANTOS, 2018, p. 275).

Penso que essa modalidade de nacionalismo se mantém firme no imaginário das elites decisórias, que ainda imaginam o Brasil como grande território a ser explorado e integrado, cujas ameaças externas consistem em tentativas de alienar a soberania brasileira sobre partes de seu território, sobretudo a Amazônia. Não se considera ameaça nacional, contudo, a devastação humanitária, econômica e social causada pela COVID-19.

Nos capítulos finais do livro, ao tratar do período do Barão na chancelaria, o autor destaca as grandes linhas da diplomacia brasileira no período: aproximar-se dos EUA; contribuir para a estabilidade política na América do Sul; rearmar a marinha brasileira e angariar prestígio político para o Brasil, por meio da realização de eventos internacionais no país. Nas entrelinhas dessa estratégia, subsistia uma visão oligárquica do Barão a respeito do sistema internacional. Ele aceitava a existência de hierarquias entre nações civilizadas e não civilizadas e buscava aproximar o Brasil daquelas.

O Barão visou incluir o Brasil nessa ordem, em vez de mudá-la. Nos limites que essa estratégia impunha, é inegável que ele foi bem-sucedido, uma vez que o Brasil logrou consolidar suas fronteiras amazônicas de maneira relativamente pacífica, evitando a continuidade de disputas territoriais que drenariam energia da diplomacia brasileira. Além disso, o Brasil reorientou sua política externa, de modo a se aproximar dos EUA, que se tornariam a

grande potência global nas décadas seguintes. Ele também logrou evitar potenciais avanços imperialistas europeus na América do Sul e esboçou tentativas de aproximação com Chile e Argentina, sobretudo o primeiro. Tratou-se, portanto, de decisivo episódio de modernização do país, oriunda de uma política externa sem grandes rupturas, mas capaz de adaptar-se às limitações de poder existentes e aprofundar a inserção internacional brasileira.

Um dos episódios finais do livro demonstra as contradições da visão de mundo do Barão e os limites que sua política externa enfrentou no início do século XX. A compra do encouraçado Minas Gerais, em 1910, despertou um surto de patriotismo no país, uma vez que se tratava do navio de guerra mais poderoso do mundo naquele momento, um símbolo supostamente inequívoco da ascensão brasileira no mundo. Não se esperava, contudo, que a Revolta da Chibata desfizesse essa ilusão de modernidade, ao desvelar o tratamento degradante ao qual os marinheiros eram submetidos. Temeu-se até que o encouraçado fosse destruído como reação, o que causou grande preocupação ao Barão, entusiasta do rearmamento naval brasileiro. Segundo manifesto dos revoltosos: “20 anos de República não foram suficientes para tratar-nos como cidadãos da pátria” (SANTOS, 2018, 458). A comunidade imaginada pelo Barão, um país internacionalmente próximo dos centros decisórios, esbarrou na realidade, formada por uma grande parcela de brasileiros abandonados e humilhados. Não poderia haver nação próspera com base em uma elusiva vitrine de modernidade.

Como conclusão, gostaria de trazer uma interessante chave interpretativa levantada por Ginzburg (2019). Nela, destaca-se a vergonha como laço de pertencimento, um vínculo mais potente que o amor. Trata-se, também, de um senso de honra coletiva ferida, em razão de comportamento de outrem, vivo ou morto. Ginzburg (2019) cita Primo Levi para apresentar o exemplo das vítimas do holocausto, entre os quais havia o sentimento compartilhado de culpa e vergonha por não terem evitado a injustiça, o que fazia delas uma comunidade com fortes raízes comuns.

Utilizo o conceito de vergonha, não como desprezo pela nação, mas como sentimento de culpa compartilhada em razão

de injustiças e tragédias acumuladas historicamente no interior de uma comunidade. Com base nessa ideia, é possível analisar o pensamento do Barão sob outra perspectiva e propor uma maneira distinta de se pensar o desenvolvimento nacional.

Do ponto de vista do Barão, a inserção internacional do Brasil assentava-se em uma ideia de orgulho das tradições nacionais e busca de glória, ao passo que o país, nas suas raízes, padecia de problemas profundos, como ele mesmo pôde presenciar durante a Revolução Federalista e a revolta da Chibata, episódios que demonstraram a fragilidade da formação nacional brasileira no início do século XX.

Proponho pensar a formação da nação brasileira sob a perspectiva da vergonha: o morticínio da COVID-19, as desigualdades sociais, a fome, o analfabetismo, a dependência externa, a devastação ambiental, a violência. Considerar essas mazelas uma ofensa à honra coletiva representa passo fundamental para se consolidar um firme sentimento de nacionalidade brasileira.

O senso de culpa compartilhada e, mais importante, o senso de dever em prol da superação desses problemas podem catalisar forças de mudança muito mais poderosas que aquelas baseadas em visões de um passado glorioso, fundadas em símbolos aristocráticos e de alcance social limitado. Em um país como o Brasil, uma nação fraturada, a busca de um futuro realmente compartilhado representa caminho potencialmente mais inclusivo que tentativas de imaginar uma comunidade supostamente harmoniosa, cuja história apresentaria uma longa continuidade construída por grandes figuras.

REFERÊNCIAS

DOMINGOS, Manuel; MARTINS, Mônica Dias. Significados do nacionalismo e do internacionalismo. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 80 - 111, jan-jul 2006.

GINZBURG, Carlo. The bond of shame. **New Left Review**, London, n. 120, p. 35 - 44, nov-dec, 2019.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

_____. **O evangelho do Barão**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.